

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. – SICOOB UNIRBO, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB UNIRBO completou 20 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB UNIRBO obteve um resultado de R\$ 1.838.521,00 antes das destinações, representando um retorno anual de 13,95% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 18.643.872,28 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 28.403.500,33

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$	28.403.500,33	100,00 %
--------------------	-----	---------------	----------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 34,20% da carteira, no montante de R\$ 9.713.777,30.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 33.828.648,20, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 30,13%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	4.771.040,81	14,10 %
-------------------	-----	--------------	---------

Depósitos a prazo	R\$	29.057.607,39	85,90 %
-------------------	-----	---------------	---------

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 57,49.% da captação, no montante de R\$ 19.446.439,18.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB UNIRBO era de R\$ 14.313.586,58. O quadro de cooperados era composto por 1.383 cooperados, havendo um acréscimo de 22,72% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB UNIRBO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87,41% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pela CENTRAL SICOOB UNI, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito anualmente na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2016, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pela CENTRAL SICOOB UNI, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB UNIRBO aderiram, em 20/01/2015, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a ouvidoria do SICOOB CONFEDERAÇÃO registrou 00 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 00 reclamações, 00 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Rio Branco - AC, 30 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração e Diretoria



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA
CNPJ: 01.608.685.0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Discriminação	NOTA	2016	2015	Discriminação	NOTA	2016	2015
Circulante		32.228.542	23.496.946	Circulante		35.114.387	27.008.184
Disponibilidades	3c	304.281	208.233	Depósitos	12	33.828.648	25.996.479
Títulos e Valores Mobiliários	04	15.069	13.968	Depósitos à Vista		4.771.041	4.539.906
Relações Interfinanceiras	05	18.643.872	12.358.565	Depósitos a Prazo		29.057.607	21.456.573
Direitos Junto a Participantes de Sistemas de Centralização Financeira		-	26.769	Relações Interdependências	13	-	78.535
Operações de Crédito	06	13.046.075	10.575.041	Outras Obrigações	14	1.285.739	933.170
Operações de Crédito - Setor Privado		13.581.524	11.125.207				
(-)Provisão para operações de crédito liq.		(535.449)	(450.166)	Não Circulante		263.160	263.160
Outros Créditos	07	214.349	341.139	Exigível a longo prazo		263.160	263.160
Outros Valores e Bens	08	4.895	-	Outras Obrigações	15	263.160	263.160
Não Circulante		17.473.461	15.227.545	Patrimônio Líquido		14.324.456	11.453.147
Realizável a Longo Prazo	06	14.403.946	12.422.804	Capital Social	17a	11.877.903	9.541.621
Operações de Crédito - Setor Privado		14.821.976	12.842.456	Reserva Legal	17b	1.302.413	975.516
(-)Provisão para operações de crédito liq.		(418.029)	(519.652)	Sobras Acumuladas	17c	1.144.140	936.011
Investimentos	09	1.532.547	1.205.773				
Imobilizado de uso	10	1.518.852	1.590.911				
Intangível	11	18.116	8.058				
TOTAL DO ATIVO		49.702.003	38.724.492	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		49.702.003	38.724.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA
CNPJ: 01.608.685.0001-16

Demonstração das Sobras e Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2016	2016	2015
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.916.546	9.153.054	7.578.933
Operações de Crédito	4.037.209	7.439.357	6.114.722
Títulos e valores mobiliários	569	1.101	183
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	878.768	1.712.596	1.464.028
DISPENDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.832.168)	(4.728.853)	(3.299.972)
Operações de captação no mercado	(1.659.342)	(3.108.358)	(2.690.674)
Resultado Negativos com Títulos Renda Fixa	-	-	(1.191)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(172.826)	(1.620.495)	(608.107)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.084.378	4.424.201	4.278.961
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPENDIOS/DESPESAS OPERAC.	(1.411.298)	(1.607.309)	(2.160.266)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	501.001	707.062	402.895
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(627.826)	(1.141.305)	(1.045.729)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.214.485)	(2.215.789)	(1.761.225)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(30.156)	(45.889)	(11.954)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(734.315)	(935.919)	(322.553)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	694.484	2.024.531	578.301
RESULTADO OPERACIONAL	1.673.080	2.816.892	2.118.696
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	8.095	64.602	(2.964)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.	1.681.175	2.881.494	2.115.732
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.077)	(44.038)	(10.890)
Provisão para Imposto de Renda	(8.474)	(20.643)	(5.375)
Provisão para Contribuição Social	(9.603)	(23.395)	(5.515)
RESULTADO ANTES DO JUROS AO CAPITAL	1.663.098	2.837.456	2.104.842
Juros Sobre o Capital Próprio	(265.251)	(998.935)	(767.683)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	1.397.846	1.838.521	1.337.159
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	(694.381)	(694.381)	(401.148)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	(367.483)	(367.483)	(133.716)
Reserva Legal	(326.897)	(326.897)	(267.432)
SOBRAS DO EXERCÍCIO / SEMESTRE	703.466	1.144.140	936.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA
CNPJ: 01.608.685.0001-16

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	Fundo de Reserva	Sobras/ Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	7.775.980	708.084	-	754.977	9.239.040
Integralizações/Subscrições de Capital	436.095	-	-	-	436.095
Incorporação de Sobras	754.977	-	-	(754.977)	-
Sobras	-	-	-	1.337.159	1.337.159
Devolução de Capital	(162.500)	-	-	-	(162.500)
Incorporação de Juros ao Capital	737.070	-	-	-	737.070
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	267.432	(267.432)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(133.716)	(133.716)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.541.621	708.084	267.432	936.011	11.453.147
Integralizações/Subscrições de Capital	675.831	-	-	-	675.831
Incorporação de Sobras	936.011	-	-	(936.011)	-
Sobras	-	-	-	1.838.521	1.838.521
Devolução de Capital	(223.379)	-	-	-	(223.379)
Incorporação de Juros ao Capital	947.820	-	-	-	947.820
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	(708.084)	1.034.981	(326.897)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(367.483)	(367.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.877.903	-	1.302.413	1.144.140	14.324.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA

CNPJ: 01.608.685.0001-16

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.942.799	5.056.286	(2.013.520)
Sobras / (Perdas) ajustadas	890.727	1.238.358	1.271.930
Sobras do exercício	703.466	1.144.140	936.011
Depreciações	53.974	107.813	112.446
Amortizações	1.518	2.745	1.455
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	131.769	(16.340)	222.018
(Aumento) redução nos Ativos	(2.196.962)	(4.288.275)	(4.021.637)
Títulos e Valores Mobiliários	(569)	(1.101)	(649)
Relações Interfinanceiras	-	26.769	(10.249)
Operações de Crédito	(2.193.572)	(4.411.657)	(3.741.398)
Outros Créditos	2.073	102.610	(271.030)
Outros Valores e Bens	(4.895)	(4.895)	1.688
Aumento (redução) nos Passivos	5.249.035	8.106.203	736.187
Depósitos	5.377.439	7.832.170	1.326.708
Outras Obrigações	(128.405)	352.568	5.811
Relações Interfinanceiras	-	-	(144)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(596.926)
Relações Interdependências	-	(78.535)	738
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(283.400)	(375.330)	(490.710)
Aumento dos investimentos	(261.762)	(326.774)	(433.602)
Aquisições do imobilizado	(15.835)	(35.754)	(47.595)
Intangível	(5.803)	(12.803)	(9.513)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.582.049	1.727.169	1.278.096
Integralizações de Capital	358.681	675.831	436.095
Devolução de Capital	(51.348)	(223.379)	(162.500)
Fundo de Reserva	326.897	326.897	267.432
Juros ao Capital	947.820	947.820	737.070
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	5.241.449	6.408.124	(1.226.134)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	13.706.705	12.540.029	13.766.163
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	18.948.154	18.948.154	12.540.029
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.241.449	6.408.124	(1.226.134)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
Contador CRC GO 14458/S

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10 de setembro de 1996, filiada à **CCC BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL MUNIC UBÁ – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIRBO** não possui Postos de Atendimento (PAs).

O **SICOOB UNIRBO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em **10/04/2015** ocorreu a transformação do **SICOOB UNIRBO** para entidade de "Livres Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em **17/06/2015**.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	304.281	208.233
Relações interfinanceiras - centralização financeira	18.643.872	12.331.797
TOTAL	18.948.153	12.540.030

d) Aplicação em títulos e valores mobiliários

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na Caixa Econômica Federal, sendo o valor correspondente para o exercício de 2016 R\$ 15.069 e 2015 R\$ 13.968.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em **31 de Dezembro de 2016** e de **2015**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título De Renda Fixa	15.069	13.968
TOTAL	15.069	13.968

5. Relações interfinanceiras

Em **dezembro** de **2016** e de **2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Direitos Junto a Participantes de Sistemas de Liqu.	-	26.769
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	18.643.872	12.331.796
TOTAL	18.643.872	12.358.565

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	701.003	-	701.003	569.778
Empréstimos / T.D	10.394.663	11.315.863	21.710.526	17.581.506
Financiamentos	2.485.859	3.506.113	5.991.972	5.816.379
(-) Provisões para Operações de Crédito	(535.450)	(418.029)	(953.479)	(969.818)
TOTAL	13.046.075	14.403.947	27.450.022	22.997.845

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação						31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
AA	-	Normal	37.369	-	-	37.369	-	-	-
A	0,50%	Normal	6.526.760	11.448	3.248.468	9.786.677	(48.933)	11.295.737	(56.479)
A	0,50%	Vencidas	56.589	41	167.925	224.556	(1.123)	360.267	(1.801)
B	1%	Normal	9.011.929	212.526	1.088.373	10.312.828	(103.128)	7.080.170	(70.802)
B	1%	Vencidas	673.244	7.455	297.724	978.423	(9.784)	711.819	(7.118)
C	3%	Normal	3.254.801	282.158	593.557	4.130.516	(123.916)	2.178.548	(65.356)
C	3%	Vencidas	618.733	30.925	128.617	778.275	(23.348)	474.228	(14.227)
D	10%	Normal	734.540	115.397	-	849.937	(84.994)	698.953	(69.895)
D	10%	Vencidas	239.727	5.431	394.798	639.956	(63.996)	96.114	(9.611)
E	30%	Normal	107.084	300	-	107.384	(32.215)	173.955	(52.186)
E	30%	Vencidas	58.922	1.594	1.086	61.602	(18.481)	363.663	(109.099)
F	50%	Normal	3.850	1.000	11.890	16.740	(8.370)	-	-
F	50%	Vencidas	16.521	3.956	34.172	54.649	(27.325)	-	-
G	70%	Normal	31.042	-	-	31.042	(21.729)	4.500	(3.150)
G	70%	Vencidas	24.382	317	-	24.699	(17.289)	65.387	(45.771)
H	100%	Normal	87.288	14.000	-	101.288	(101.288)	33.841	(33.841)
H	100%	Vencidas	227.746	14.454	25.360	267.560	(267.560)	430.482	(430.482)
Total Normal			19.794.663	636.830	4.942.288	25.373.781	(524.573)	21.465.703	(351.709)
Total Vencidos			1.915.863	64.173	1.049.683	3.029.720	(428.906)	2.501.960	(618.109)
Total Geral			21.710.526	701.003	5.991.972	28.403.500	(953.479)	23.967.663	(969.818)
Provisões			(757.219)	(55.455)	(140.805)	(953.479)		(969.818)	
Total Líquido			20.953.307	645.548	5.851.166	27.450.022		22.997.845	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.039.796	6.610.295	11.315.863	20.965.954
Títulos Descontados	689.289	55.283	-	744.572
Financiamentos	745.890	1.739.969	3.506.113	5.991.972
TOTAL	4.474.975	8.405.547	14.821.976	27.702.498

Obs: Não está incluso o adiantamento a depositante, cheque especial e conta garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	9.756	338.189	276.070	624.015	2%
Setor Privado - Indústria	-	49.930	11.752	61.682	0%
Setor Privado - Serviços	320.099	5.887.299	299.771	6.507.169	23%
Pessoa Física	371.148	20.682.507	156.979	21.210.634	75%
TOTAL	701.003	26.957.925	744.572	28.403.500	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	969.818	747.800
Constituições / Reversões	(16.339)	222.018
TOTAL	953.479	969.818

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	1.039.623	3,10%	1.097.872	3,85%
10 Maiores Devedores	6.843.622	20,40%	4.724.617	16,57%
50 Maiores Devedores	14.457.162	43,09%	10.902.381	38,25%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	4.526.557	4.331.226
Valor das operações transferidas/recuperadas no período	622.373	195.331
TOTAL	5.148.930	4.526.557

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honrados	-	24.180
Rendas a Receber	179.285	136.779
Diversos	35.064	180.180
TOTAL	214.349	341.139

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas (I)	4.895	-
TOTAL	4.895	-

(I) Registram-se neste grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	1.414.870	1.122.508
Participações Inst. Financ. Controlada Coop crédito	117.677	83.265
TOTAL	1.532.547	1.205.773

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
Terrenos	441.000	441.000	0%
Edificações	1.019.555	1.019.555	4%
Instalações	2.900	2.900	10%
Móveis e equipamentos de Uso	292.953	286.744	10%
Sistema de Comunicação	30.335	12.719	10%
Sistema de Processamento de Dados	196.071	191.577	20%
Sistema de Segurança	19.321	12.000	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(483.283)	(375.584)	-
TOTAL	1.518.852	1.590.911	

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	23.203	10.287
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(5.087)	(2.229)
TOTAL	18.116	8.058

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	4.771.041	4.539.906
Depósito a Prazo	29.057.607	21.456.573
TOTAL	33.828.648	25.996.479

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	3.816.115	11,41%	6.096.460	23,67%
10 Maiores Depositantes	15.187.441	45,42%	12.816.157	49,75%
50 Maiores Depositantes	25.335.151	75,76%	20.638.903	80,12%

13. Relações de Interdependência

Os valores referem-se a obrigações de recebimento de convênios com terceiros

Descrição	2016	2015
Convênio Cobrança	-	78.535
TOTAL	-	78.535

14. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito – IOF (I)	1.694	1.775
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	89	12
TOTAL	1.783	1.787

(I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) São alocados nesta conta o IOF das aplicações e regaste em RDC

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de Atos com Associados (I)	367.747	134.349
Resultado de Atos com não Associados	-	10.812
Cotas de Capital a Pagar (II)	19.887	-
TOTAL	387.634	145.161

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	150	388
Impostos e contribuições a recolher	125.690	83.637
TOTAL	125.840	84.025

d) Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	17.598	17.832

Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (II)	186.540	139.896
Provisão para Pagamentos a Efetuar (III)	442.343	397.293
Credores Diversos – País (IV)	46.098	117.888
Provisão para Passivos Contingentes (V)	77.903	29.288
TOTAL	770.482	702.197

(I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores

(II) Refere-se a saldo de conta salario

(III) Refere-se a provisão para pagamento despesas com Pessoal, provisões diversas e Provisão dos juros ao capital.

(IV) Refere-se a pagamentos a serem processados.

(V) Refere-se a provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

15. Outras Obrigações – Não Circulante

Valor referente a provisão para recolhimento das contribuições PIS (Programa Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referente os exercícios de 1999 a 2004, sobre ATOS COOPERATIVOS PRÓPRIOS.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Riscos Fiscais	263.160	263.160
TOTAL	263.160	263.160

16. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIRBO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2016** e de **2015**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	11.877.903	9.541.621
Associados	1.383	1.116

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **08/04/2016**, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2015**, no valor de R\$ **936.011**.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	1.838.521	1.337.159
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	204.035	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.634.486	1.337.159
Reserva legal - 20%	326.897	267.432
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	163.449	133.716
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.144.140	936.011

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	200
Outras Receitas não Operacionais	66.013	7.384
Outras Despesas não Operacionais	(1.411)	(10.548)
Resultado Líquido	64.602	(2.964)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2016**:

Montante das operações ativas	% em relação à carteira total
R\$ 4.646.199	16,36
Montante das operações passivas	% em relação à carteira total
R\$ 4.270.918	12,63

Operações ativas e passivas – saldo em 2016:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	177.500	(1.448)	0,62
Conta Garantida	180.000	-	0,63
Empréstimo	4.176.699	(51.253)	14,70
Títulos Descontados	112.000	(3.098)	0,39

Aplicações Financeiras	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
R\$ 4.270.918	12,63	1,11

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	5,79%	5,79%
Conta Garantida	5,79%	5,79%
Desconto de Cheques	3,09%	3,09%
Empréstimos	3,29%	3,29%
Aplicação Financeira	1,11%	1,11%

As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Pessoa Física	-
Pessoa Jurídica	3.000
TOTAL DOAÇÕES	3.000

No exercício de 2016 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2016 (R\$)	
Honorários	461.051
Cédulas de Presença	233.954
Outros Benefícios	30.120
Total	725.125

21. Cooperativa Central

O COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL MUNIC UBÁ - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNIRBO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

22. Gerenciamento de Risco

22.1 - Risco operacional

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

22.2 – Risco de mercado e de liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

22.3 – Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

22.4 – Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **31 de dezembro de 2016**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 2.555.779**, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de **01/03/2013**.

26. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIRBO, a cooperativa não possui processos judiciais em que figura como pólo passivo, classificadas como perdas possíveis.

RIO BRANCO-AC, 31 de dezembro de 2016

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda.
Rio Branco - AC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes à data base 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis da cooperativa foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 29 de fevereiro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo/SP, 03 de fevereiro de 2017.

Edimilson Artilha Vieira
Contador – CRC – SP 280575/O
CNAI 4.726